



Trabalhadores e trabalhadoras da enfermagem foram às ruas para repudiar a decisão de Roberto Barroso em suspender a Lei do Piso

Na última sexta-feira, 09, os profissionais de enfermagem no Maranhão ocuparam as ruas de São Luís para protestarem contra a deliberação monocrática do ministro do Supremo, Luís Roberto Barroso, que concedeu liminar suspendendo a aplicação da Lei do Piso da categoria.

Em uma grande caminhada que percorreu grandes avenidas da capital maranhense os profissionais da enfermagem mostraram todo o seu descontentamento com a decisão do Ministro, e dessa forma, buscam pressionar para que a decisão seja modificada em julgamento no plenário virtual, que em caso de não haver vistas ou destaque a análise pode ser concluída no dia 16 de setembro.

Os profissionais da enfermagem foram às ruas em todo o Brasil, e nas palavras de ordem bradaram por respeito e reconhecimento da Lei aprovada no Congresso. Em sua decisão o ministro apontou preocupação com o impacto nos serviços de saúde e os riscos de demissões caso o piso seja implementado. Para o ministro é preciso apontar de onde virão os recursos para o cumprimento da Lei. O prazo para que essas informações sejam enviadas ao STF é de 60 dias.

De acordo com levantamento do Dieese, o incremento financeiro necessário ao cumprimento dos pisos será de R\$ 4,4 bilhões ao ano para os Municípios, de R\$ 1,3 bilhão ao ano para os Estados e de R\$ 53 milhões ao ano para a União. A decisão gerou repercussão entre entidades representativas da categoria que não descartam a possibilidade de uma greve em defesa do piso.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco chegou a marcar uma reunião com Barroso com objetivo de contornar a situação. Para Pacheco, não resta dúvida de que o real desejo dos Três Poderes é "fazer valer a lei federal e, ao mesmo tempo, preservar o equilíbrio financeiro do sistema de saúde e antes federados. Com diálogo, respeito e inteligência, daremos rápida solução a isso", disse.

Recursos existem e são mais que suficientes para o cumprimento da Lei

Para a Condsef/Fenadsef e suas filiadas os recursos existem e são mais que suficientes para fazer cumprir o direito já garantido em Lei aos profissionais de enfermagem. A entidade, que

representa empregados da Ebserh, em luta também pela aprovação de ACT's de 2021/2022 e 2022/2023, segue junto com os trabalhadores na defesa pelo cumprimento do piso. "O que a categoria quer é o devido reconhecimento e ser tratada com dignidade", pontuou Sérgio Ronaldo da Silva, secretário-gera da Condsef/Fenadsef.

Em plenária nacional da categoria, por maioria absoluta, empregados da Ebserh aprovaram a realização de greve a partir do dia 21 desse mês. Nas próximas semanas, assembleias nos estados devem ser realizadas para ratificar o resultado da plenária nacional. Outro passo é buscar a unidade da greve com as demais entidades nacionais que compõem as negociações na mesa dos acordos coletivos de trabalho da Ebserh.

No processo que envolve a tentativa de firmar acordo com a direção da Ebserh os trabalhadores têm enfrentado ameaças de retirada de direitos, desmonte e desrespeito por parte do governo Bolsonaro. Há entre a maioria dos empregados um sentimento de desrespeito e desvalorização por parte da direção da empresa.

Com informações da Condsef.



Arma de fogo é o principal instrumento usado para assassinatos de mulheres no Brasil

“Depois que ele deu o primeiro tiro, que pegou na mão, ele deu o segundo tiro, pegou no pescoço. Eu tenho um projétil alojado no pescoço. Eu pensei que ele ia me matar e matar as crianças.” O dia 23 de dezembro de 2017 ficou marcado para sempre na memória de Luciana dos Santos. A psicóloga é sobrevivente de uma tentativa de feminicídio por arma de fogo cometida pelo ex-marido.

O caso aconteceu após o ex-marido de Luciana descobrir que ela pretendia se separar. Luciana tomou a decisão depois de anos vivendo um relacionamento abusivo com traição e violências psicológica, patrimonial e moral, todas tipificadas na Lei Maria da Penha. Ela foi alvejada por três tiros dentro de casa e não entrou nas estatísticas de feminicídio por pouco.

“Quando eu abria porta, eu vi que a polícia estava em frente a minha casa, tinham três viaturas passando, o policial ouviu o primeiro tiro, pararam, desceram com o fuzil na mão. Eu gritei para ele (ex-marido) e disse: ‘é a polícia’. Nesse momento, ele estava dando o quarto tiro”, relata ao Brasil de Fato a psicóloga, que mora no município de Hortolândia, no interior do estado de São Paulo.

O ex-marido de Luciana não respeitou a ordem da polícia e começou a atirar na direção dos policiais. O homem acabou morto durante a troca de tiros. Já Luciana sobreviveu, mas carrega em seu corpo as

sequelas da violência. Além do projétil alojado no pescoço, ela perdeu também parte da mobilidade do braço.

Casamento, ciúme e controle

Luciana casou-se ainda adolescente, aos 17 anos, com o homem que veio a ser o seu agressor. Ele não era desconhecido da família. Na verdade, era primo de segundo grau da vítima, que viveu a sua infância e adolescência no interior de Minas Gerais.

De costumes tradicionais, Luciana frequentava desde cedo a igreja evangélica Congregação Cristã. Como na época a religião não permitia que os integrantes casassem com pessoas que não pertenciam à religião, o seu futuro marido passou a frequentar a igreja para selar o matrimônio. Ao todo, foram 12 anos na Congregação Cristã.

Após dois anos de casados veio o primeiro filho e quando ainda estava grávida da segunda filha, o casal decidiu mudar-se para a cidade de Hortolândia. O marido concluiu o Ensino Médio e foi trabalhar como porteiro. Mas logo conseguiu uma oportunidade no setor de construção civil e começou a fazer carreira na área. Luciana, no entanto, só conseguiu concluir o ensino básico depois do marido. Passou em um concurso público dos Correios, porém não tinha acesso ao seu salário, que era usado integralmente para manter as contas da casa.

Matéria completa no [site da CUT](#)

FEMINICÍDIOS NO BRASIL

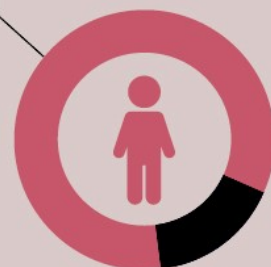
Em 2018, 1.206 mulheres foram vítimas de feminicídio



39% dos feminicídios ocorreram em casa



Em **88,8%** dos casos o assassino é o companheiro ou o ex-companheiro da vítima



Armas de fogo são o principal instrumento utilizado nesses crimes

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública